



**PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA BAHIA:
ENTRE O PRESCRITO E O VIVIDO EM UMA ESCOLA ESTADUAL EM FEIRA
DE SANTANA - BA**

Ana Célia Dantas Tanure¹; Graça dos Santos Costa²

Mestranda em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA – UNEB, Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual de Ensino – GTEJA – NRE19; Gestora Escolar da Rede Pública Municipal de Feira de Santana – BA, anatanure@gmail.com; ² Doutora em Pedagogia pela universidade de Barcelona, Professora e orientadora do programa de Mestrado Profissional de Jovens e Adultos(MPEJA) da UNEB. Professora das disciplinas Currículo, Avaliação Educacional, Gestão da educação, da UNEB desde 1997, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Direitos Humanos da Universidade do Estado da Bahia (GREDHI- UNEB), graçacosta@gmail.com.

EIXO TEMÁTICO 2 - SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IDENTIDADE E DIVERSIDADE

RESUMO

As discussões apresentadas nessa pesquisa intitulada **Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos da Bahia: entre o prescrito e o vivido em uma escola estadual em Feira de Santana – BA** resultam de estudos e pesquisas realizadas no Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos-MPEJA em andamento e, sobretudo da atuação enquanto Coordenadora Pedagógica com trabalhos desenvolvidos na Educação de Jovens e adultos (EJA) na Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Com formação em Coordenação Pedagógica, atuamos há cerca de seis anos acompanhando a Educação de Jovens e Adultos nas Unidades Escolares do Núcleo Regional de Educação 19 – NRE 19 (antiga Diretoria Regional de Educação 02 - DIREC 02) em Feira de Santana, realizando processos de formação continuada nas escolas estaduais, organizando e participando de reuniões pedagógicas junto com o corpo docente escolar atuante na EJA, com foco em discutir e refletir sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia - Aprendizagem ao Longo da Vida, vigente na Rede Estadual de Educação da Bahia a partir de 2009. Essa política foi implantada através da Portaria de nº 13.664/08 publicada em D.O. em 19 de novembro de 2008, em consonância com outros documentos legais como a Constituição Federal de 1988, Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96). Posteriores a essa portaria foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE 01/2000) e Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE 03/2010), documentos norteadores da organização de matrícula e operacionalização dessa proposta nas escolas. Esse documento legal fundamenta as novas diretrizes da EJA, incluindo concepções, princípios teórico-metodológicos, perfil e formação do educador de EJA. Organiza ainda, a estrutura curricular, os desafios a serem enfrentados, dispõe ainda de orientações para o acompanhamento da aprendizagem e em seus apêndices disponibiliza Modelo Curricular pautado em Tempos Formativos e temas geradores, estrutura didática, matriz curricular para os três tempos formativos, quadro de orientações para a construção do planejamento coletivo e orientações para o plano bimestral. Em nosso percurso profissional acompanhando escolas com EJA da Rede Estadual de Feira de Santana observamos desde 2010, tensões, desconhecimento, dúvidas, dificuldades, resistências à implantação dessa política, dificuldades na compreensão do novo currículo, sentidas pelas falas e ações docentes na maioria das Unidades Escolares, geralmente justificadas pela mudança da nomenclatura, maior aporte de registro no processo de acompanhamento de percurso educativo, pelo processo avaliativo com mudança de notas para conceitos e desconhecimento da proposta pelos diversos segmentos envolvidos na EJA. Ao mesmo tempo a dinâmica de encontros formativos pontuais realizados pela SEC/Direc 02 nas escolas não atendia de maneira consistente ao desenvolvimento de uma formação que dê conta de sistematicamente formar as Unidades Escolares sobre o novo currículo. Assim se faz necessário proporcionar espaço de reflexão e debate sobre a política de EJA-BA Aprendizagem



ao longo da vida enquanto proposta curricular para o ensino de jovens e adultos em toda a Rede Estadual da Bahia, o que subjaz, investimento em formação dos professores, profissionais diretamente implicados em implementar esse currículo. Decerto o currículo prescrito, muitas vezes, não consegue ser instituído efetivamente de acordo com suas orientações normativas. Neste sentido, faz-se necessário entender as expectativas e representações sociais dos professores sobre o currículo da EJA - BA estruturado em Tempos Formativos, através da organização e implementação de espaço de formação e reflexão sobre o mesmo, que ajude a garantir o direito efetivo da escolarização dos sujeitos jovens e adultos na Rede Estadual de Educação em Feira de Santana ao fornecer pistas de como esse currículo é (re)significado no chão da escola. Dessa forma, compreendemos que conseguir realizar encontros formativos, interpretativos em uma escola específica com os professores, reais implementadores da política, através da efetivação do currículo prescrito, nos dará subsídios para compreender nos discursos, as tensões, aproximações e distanciamentos entre o currículo prescrito e o currículo vivido. Certamente, para consubstanciar essa pesquisa apenas uma abordagem qualitativa poderá dar conta junto aos sujeitos pesquisados. Portanto fizemos a proposição de uma pesquisa de abordagem qualitativa com inclinação etnográfica baseada em Ludke e André (1986) com análise do conteúdo a partir dos estudos de Bardin (2009). Utilizaremos também o dispositivo intitulado oficinas formativas interpretativas e análise documental da Política de Educação de Jovens e Adultos – BA - Aprendizagem ao longo da vida enquanto proposta curricular de garantia de escolarização. Diante desse contexto, adotaremos o estudo de caso (Gil, 2009) em uma unidade escolar para elucidar: Como se deu o processo de implantação da Política curricular de Educação de Jovens e Adultos – BA - Aprendizagem ao longo da vida na Rede Estadual em Feira de Santana? Quais são as compreensões e representações sociais que professores da EJA, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadora da EJA – SEC, Técnica responsável pela EJA no NRE19 têm dessa política curricular? Quais são as tensões, aproximações e distanciamentos entre o currículo prescrito da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia e o currículo vivenciado na escola. Em relação à EJA, todas estas questões parecem relevantes para uma investigação do currículo prescrito. Assim a pesquisa tem como objeto de estudo as representações sociais dos professores, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadora da SEC Sra M., Coordenadora da EJA – NRE19, Feira de Santana Sra P., sobre o Currículo de EJA da Rede Estadual da Bahia. Como objetivo geral elencamos Analisar as representações sociais dos professores de EJA, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadora da EJA – SEC, Técnica responsável pela EJA no NRE19 sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia - Aprendizagem ao longo da vida enquanto política curricular, buscando compreender as tensões, aproximações e distanciamentos entre o currículo prescrito e o currículo vivido na escola. Como objetivos específicos, norteadores do percurso investigativo, colocamos: Compreender como aconteceu o processo de implementação dessa política curricular na Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Feira de Santana; Analisar as representações sociais dos professores de EJA, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadora da EJA – SEC, Técnica responsável pela EJA no NRE19 sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia - Aprendizagem ao longo da vida como política curricular de garantia de escolarização; Identificar as tensões, aproximações e distanciamentos entre o currículo prescrito da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia e o currículo vivenciado nas escolas. Nossos estudos teóricos explicitam que na atualidade a compreensão da política como ação humana e, portanto, o próprio homem como ser político, é fundamental nessa sociedade plural e globalizada que exige de todos, a cada instante uma ação consciente, enquanto construtores do processo social em que vivemos, afinal fazemos escolhas, tomamos decisões diariamente seja no aspecto social, econômico, cultural, como expõe Foucault apud Oliveira (2010, p.95) todas as pessoas fazem política, todos os dias, até consigo mesmas. No âmbito governamental as políticas públicas determinam e orientam



ações sociais, culturais e econômicas do Estado na sociedade. Hofling (2001, p.2) nos aponta a diferenciação entre Estado, instituições permanentes que permitem a ação do Governo, representante de programas e projetos surgentes da sociedade civil, implementados para suprir as demandas sociais. Nesse sentido corroboramos com o entendimento de Peters (apud SOUSA, 2006) que considera política pública como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”, ou seja, como a ação do Estado implantando projetos de governo que atendam segmentos da sociedade em suas demandas e necessidades seja através de leis, ações ou projetos. No caso da política pública educacional, então se refere a “tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação” (Oliveira, 2010, p. 96). Na Bahia o movimento de escolarização de jovens e adultos não se distancia do resto do país. Algumas das conquistas políticas que se consubstanciam em programas e currículos são demandadas aparentemente pela pressão social de movimentos, mas, sobretudo, são definidas pelas determinações dos interesses políticos vigentes. A partir de 2009, o governo da Bahia inova ao apresentar uma nova política curricular para a EJA, construída por ampla representatividade social e institucional, organizada em tempos formativos e temas geradores em aproximação com os estudos de Paulo Freire que evidencia o direito de aprender ao longo da vida. Alarcão (2011) contribui nesse debate afirmando que a aprendizagem tornou-se um bem de todos, logo, a “aprendizagem ao longo da vida, um direito e uma necessidade”. Isso impõe aos professores novas exigências educativas, incorporar princípios e estratégias que deem conta de uma formação mais ampla e mais abrangente que vá além do livro didático, mas que exige do estudante habilidades comunicativas, de pesquisa e autonomia muito mais intensas do que o nosso sistema escolar positivista ainda tem oferecido. E tudo isso perpassa pelo currículo que representa sempre um campo de tensões, entre o normativo, no nosso caso a Política de Educação de Jovens e Adultos da Bahia enquanto Proposta Curricular organizada em Tempos Formativos e o vivido, representado pelos currículos desenvolvidos nas salas de aula pelos professores que atuam na EJA, imersos por processos históricos, epistemológicos e formativos. Nesse contexto, o currículo tenciona as relações de poder para ser realmente efetivado. Ajudando a refletir sobre esta questão Arroyo (2011) nos aponta o currículo como núcleo e espaço central mais estruturante na função da escola, portanto mais cercado, normatizado que representa relações de poder. Dessa forma, não se trata apenas de implantar um currículo direcionado por agentes governamentais no âmbito da escola, mas um currículo voltado ao atendimento de uma demanda historicamente permeada por conflitos, ausências e segregações como a EJA. Certamente um currículo voltado à EJA com conhecimentos eleitos como educativos e fundamentais à garantia do processo de escolarização de jovens e adultos, como qualquer currículo é permeado por intenções, valores éticos, políticos e culturais. Macedo (2008) evidencia a contradição que o currículo vivencia enquanto possibilidade e nesse caso a necessidade de se tomar o currículo e cultura como relações de poder dentro de um processo de significação que pressupõe compromisso e ética, que não se resolve no terreno epistemológico-formativo, mas no terreno político nas lutas por relações de poder. Esse poder, evidencia ainda Macedo (2008, p. 28), é um poder que requer do educador uma compreensão epistemológica e um compromisso “sociopedagógico” na formação dos educadores e formadores de educadores. Essa pesquisa em processo se encontra em aproximação com o campo de pesquisa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Política educacional; Currículo; Formação de professores.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO. Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 8ª ed. São Paulo: Cortez. 2011, (Coleção questões de nossa época; v.8)



ARROYO, Miguel González. *Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Diálogos na Educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel González. *Ofício de mestre: imagens e auto imagens*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 5. Ed. _ Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAHIA. Secretaria de Educação. Política de Eja da Rede Estadual. *EJA - Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagem ao longo da vida*. 2009.

BARROS, Rosanna. *Genealogia dos conceitos de Educação de Jovens e Adultos da Educação Permanente á Aprendizagem ao Longo da Vida: um estudo sobre os fundamentos políticos-pedagógicos da prática educacional*. 1 ed. Chiado Editora, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394*, de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação de Adultos: algumas reflexões*. In: *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. Moacir Gadotti, José E. Romão (Orgs.). 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos*. Moacir Gadotti. 1 ed. São Paulo: Moderna/Fundação Santillana, 2014.

IBGE - *INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Censos 2010*. Rio de Janeiro. IBGE, 2010. Acesso em 03 de junho de 2015.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA. Antônio Flavio Barbosa. *Conhecimento, Currículo e Ensino: questões e perspectivas*. Rev. Em Aberto. Brasília, ano 12. n.58, abr./jun. 1993.